

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

02.03.2021

* * *

- Abre a reunião o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Havendo o número regimental, eu declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, convocada nos termos regimentais com a finalidade de ouvir o secretário da Fazenda e Planejamento, Sr. Henrique Meirelles, que irá demonstrar o cumprimento das metas fiscais do 2º e 3º quadrimestres de 2020, conforme previsto no § 4º, do Art. 9º, da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2020, Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Solicito a dispensa e que se considere lida a Ata.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É regimental. Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Antes de darmos início, quero dizer aqui os nomes dos deputados que estão presentes: deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado Estevam Galvão. (Pausa.) Por gentileza, deputado, se puder ligar o som. O

deputado está sem som. Está sinalizando, por favor. Perfeito, deputado. Deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Este presidente, Wellington Moura. Deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Delegado Olim, ligar o microfone.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presente, meu presidente, e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, Delegado Olim, pela presença. Estão presentes também o líder do Governo, deputado Carlão Pignatari; a líder do PSDB, deputada Carla Morando; e o deputado Itamar Borges. Então, neste momento, quero passar a palavra pelo tempo regimental para o secretário Dr. Henrique Meirelles, que vem acompanhado da sua equipe.

Registrar a presença do Tomás Bruginski, que é o secretário executivo; o Diogo Colombo, chefe de gabinete; o Gustavo Ley, coordenador da Administração Tributária; e Emilia Ticami, coordenadora da Administração Financeira; e o Roberto Yamazaki, secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças; o Tzung Shei Ue - não sei se eu falei corretamente, creio que no caso não -, o assessor técnico de gabinete; e a Fernanda Dádario Dionisio, assessora técnica de gabinete.

Então, primeiramente, cumprimento o secretário. Obrigado, Dr. Henrique Meirelles, mais uma vez, pela sua presença na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB - Para registrar a minha presença, porque o meu nome não foi chamado. Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Peço desculpas. A deputada Dra. Damaris também está presente. Mas então retornando, secretário, quero agradecer a sua presença e de toda a sua equipe para poder trazer o relatório da gestão fiscal do 2º e do 3º quadrimestres de 2020, que foi um ano muito turbulento, um ano preocupante, principalmente em relação às finanças, em relação a nossa Economia, a retomada da Economia, que todos nós esperamos que aconteça neste ano de 2021.

Então, passo a palavra para V. Exa., que tem o tempo regimental de 15 minutos para poder trazer uma explanação sobre o relatório da gestão fiscal. Obrigado, secretário. Tem a palavra. Ligue o microfone, secretário, por gentileza.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, presidente. É uma satisfação e uma honra estar mais uma vez aqui presente discutindo com os senhores e apresentando o relatório de um ano, de fato, muito difícil e muito importante sob todos os aspectos. Evidentemente o aspecto mais importante é o aspecto de saúde, preservação de vida das pessoas. Agora a grande esperança e, ao mesmo tempo, o grande desafio, que é a vacina, tentando ser vacinada toda a população.

E, por outro lado, as consequências econômicas disso, que levaram evidentemente a consequências também tributárias. Vamos falar exatamente sobre isso, começando agora com o fato de que no primeiro momento, quando nós estávamos no aumento da pandemia, cerca de abril, maio, junho, por aí, a previsão de queda da arrecadação era forte, porque nós tínhamos tido uma queda brutal.

Para se ter uma ideia, o Produto Brasileiro, o PIB, caiu no 2º trimestre em relação ao 1º quase dez por cento. Então, o reflexo na economia foi todo muito forte e isso teve então como consequência a queda na arrecadação.

Mas através de toda uma série de iniciativas tomadas e o fato de que a economia de São Paulo se recuperou mais fortemente do que a economia brasileira e com maior rapidez, tanto que já terminamos o ano com uma trajetória do crescimento, sendo que o

2º semestre já mostrou a economia de São Paulo crescendo de uma forma muito importante, terminando o ano de uma maneira que a nossa previsão (Inaudível.), que nós vamos continuar isso essa semana através da divulgação do (Inaudível.) da Seade.

Mas as previsões iniciais são de que deve ter dado inclusive um número positivo de crescimento da economia de São Paulo, quando as previsões para a economia brasileira são de queda em cerca de até 4,4 por cento.

Mas vamos então começar mostrando os resultados. Eu pediria então que fosse projetado o primeiro slide, por favor. (Inaudível.) fiscal. O próximo slide, por favor. Muito bem, então temos aqui os indicadores fiscais. Nós temos, portanto, os números principais previstos na legislação. Então, o resultado primário foi um resultado positivo com superavit de 19,9 bilhões de reais.

De novo um resultado melhor do que o esperado em virtude de uma recuperação forte da economia e da arrecadação nos últimos meses, particularmente no mês de dezembro. Nós tivemos aqui, portanto, o resultado primário e a meta anual é de 4,7 bilhões. Portanto, houve um resultado bastante favorável em relação à meta.

De novo, o que aconteceu no final do ano? Essa recuperação forte da economia no final do ano era prevista, principalmente o fato que a economia de São Paulo teve um desempenho realmente muito forte. Nós tivemos que tomar várias iniciativas para isso, etc., retomada da confiança. E tudo em função, primeiro, de toda uma organização de reabertura, de restrição ao funcionamento, etc., de uma forma organizada, com protocolos e depois, evidentemente, com a expectativa da vacina.

Mas vamos então em frente. A receita corrente líquida foi de 165 bilhões versus 160, em 2019, e 152, em 2018, sendo que no 2º quadrimestre ela aqui acumulado 12 meses. Portanto, no 3º quadrimestre de 2019 e nos dois primeiros de 2020 nós tivemos aqui 161 bilhões. Aqui nós tivemos em relação ao período anterior um crescimento nominal de 2,98%, mas descontando-se a inflação, o IPCA, houve uma pequena queda de 0,29. Mas de qualquer maneira foi de fato um resultado muito importante, forte. O resultado previdenciário foi, em um aporte, um déficit de 27,13 bilhões de reais, dos quais, 6,7 foram contribuição patronal, contribuição por segurado, 6,4, e dispensas previdenciárias totais, 42,3, portanto não há necessidade de aporte de recursos do Executivo (Inaudível.).

O pessoal executivo dividido pela receita corrente líquida foi 45,8, estritamente dentro da Lei da Responsabilidade Fiscal; o pessoal executivo liquidou, portanto, foi de 74,9 bilhões e um crescimento de 5,4 em relação ao período anterior.

Para o segundo quadrimestre, 71,3, porque pegou o último quadrimestre de 19. Temos aqui então o resultado nominal com um déficit de 5,7 bilhões, uma meta anual que era o déficit de 19, então foi substancialmente melhor, porque aqui envolve também pagamento de dívida etc. A dívida líquida consolidada sob a receita corrente líquida 1,65 é 1,66 no segundo quadrimestre, de novo, completamente dentro dos limites da legislação, e a dívida consolidada sobre a receita corrente líquida 1,99, também totalmente enquadrada nas normas legais.

Receitas totais, então, aquilo que mencionamos, tivemos a receita total de 229,491 mi, com o crescimento de três bilhões e 900 em relação a 19; de novo essa recuperação que aconteceu no final do ano que foi o grande responsável. Receitas correntes, portanto, de 226, e receitas de capital de 2,8. As receitas de capital são basicamente as receitas de alienação de bens, operação de crédito, transferência de capital etc., e a receita corrente é a receita tributada, contribuições, patrimonial, corrente etc.

Então, houve um ganho e um aumento em relação a 19 de 6,9 e as receitas de capital, no entanto, caíram um pouquinho, mas o fato é que a receita total aumentou 3,9 na medida em que as receitas correntes aumentaram 6,9 e as receitas de capital caíram metade disso, 3 bilhões. Portanto, as receitas de capital são as receitas de alienação de bens, operação de crédito, transferência de capital etc., isso tudo foi agrupado em entendimento de um nível da economia mais baixo.

Receitas correntes, então, nós temos aqui o total de 226 bilhões com um crescimento de 6,9 em relação a 19. As receitas tributárias são compostas de ICMS, IPVA, ITCMD, imposto de renda e outras receitas tributárias. As receitas tributárias cresceram de 185,2 para 186, com um crescimento de 959. IPVA cresceu, ICMS cresceu menos, cresceu 274, mas o IPVA cresceu substancialmente mais, cresceu 826.

Portanto o IPVA sofreu menos porque é o processo normal, no início do ano, principalmente antes do fato da expansão forte, aumento dos casos da contaminação da pandemia, as pessoas já fizeram o seu pagamento e pagaram seu IPVA, talvez teve o comportamento menos afetado. Adiante, receitas de contribuição com uma pequena queda e receita patrimonial com uma queda um pouco maior, mas nós tivemos aqui nas transferências correntes um aumento de dez milhões.

As transferências correntes foram resultado principalmente de transferências federais e que são a respeito da Lei 173, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, trabalho grande que os estados fizeram, que foi a compensação pela perda do ICMS, depois transferências também para a Saúde etc. Tudo isso foi resultado de um trabalho

grande, mas que gerou, portanto, esse aumento aqui substancial de receita corrente, que foi esse aumento total, portanto, de 6,9 bilhões.

Aqui nós temos a contribuição com o ICMS pelos diversos setores da economia, aqui fazendo uma comparação de longo prazo, só para nós termos uma noção, desde 1995. Então, nós temos aqui uma queda sistemática da indústria até o início desse século, vinha caindo fortemente durante a década de 90 até 2006, 2007, recuperou um pouquinho, estabilizou, voltou a cair principalmente durante a recessão de 16/17, e agora recuperando, crescendo um pouco.

Isso aqui é a participação total da indústria na arrecadação do ICMS, o que reflete exatamente a participação da indústria para a economia como um todo, não só em São Paulo como no Brasil. Por outro lado, nós temos um crescimento grande de comércio e serviços. É um processo que está se acentuando, na realidade, recentemente, porque grande parte dos serviços eletrônicos, virtuais etc., como nós estamos aqui usando, esses serviços todos são cada vez mais contribuintes do ISS, e não do ICMS necessariamente.

Está havendo uma série de discussões neste sentido, mas essa é a norma hoje. Então, nós temos aí, portanto, um crescimento de comércio e serviços, mas, apesar disso, o ICMS no comércio e serviços também tem crescido porque comércio e serviços têm crescido substancialmente.

Então, nós temos um aumento do comércio e serviços também de ICMS para 39,4 e aqui nós temos comércio, que evidentemente aquedamos, afetado por essa questão virtual, algum outro tipo de comércio, mais a respeito da pandemia, mas que pagam o ICMS, e tem também os serviços que não são necessariamente virtuais pagando o ICMS e, portanto, isso influencia bastante. E uma parte dos serviços virtuais também pagam ICMS, então nós temos esse aumento importante. E os preços administrados, uma queda. Então basicamente é isso.

Receitas de capital, aqui temos uma queda. Quais são as receitas de capital? Primeiro: operações de crédito. Um ano de menos atividades, de obras que pararam por causa da pandemia e etc. Em resumo, foi um ano atípico. Foi retomado agora com toda força, mas todos vão ver que, em todo o período do segundo trimestre e depois o do terceiro trimestre, todo o ritmo de atividade caiu muito.

Então, houve uma queda em operações de crédito, na alienação de bens públicos, em amortização de empréstimos também, principalmente por renegociações, e etc. Transferência de capital caindo e, principalmente aqui, outras receitas de capital, no caso,

representado pelo ingresso de depósitos judiciais. Em resumo: tudo isso aqui é resultado da queda de atividade econômica no ano de 2020 em função da pandemia.

Próximo slide, por favor. Despesas totais. Nós tivemos pessoal em cargo aumentando, de 91,5 milhões para 96,5 milhões, de 19 para 20 milhões, uma diferença de cinco milhões. Mas os ativos não aumentaram, caíram um pouquinho, de 52,9 milhões para 52 milhões. Uma queda de 882,9 mil reais. Subiu exatamente para os inativos e pensionistas. Apesar da Reforma Previdenciária - que é muito importante de estar sendo feita, senão este número seria insuportável -, nós temos aqui um aumento, normal, de número de inativos e pensionistas e etc., que tem um processo de crescimento natural. As pessoas estão se aposentando e etc. Tudo isso se acentuou um pouquinho durante esse período da pandemia: muitas pessoas que já tinham o direito de se aposentar (Inaudível) já se aposentou, portanto.

Custeio aumentou um pouquinho, só. E o Real, descontado do IPVA, caiu 0,6 por cento, e, portanto, isso mostra o esforço exatamente (Inaudível). Transferências constitucionais a Estados e Municípios mantiveram-se estáveis, aumentaram um pouquinho. Sentenças judiciais também se mantiveram estáveis, aumentaram um pouquinho.

Serviço de dívida caiu muito, isto é um número importante. Basicamente, este é o grande resultado de toda a negociação feita pelo Congresso Nacional e pela aprovação da lei 173, que adiou o pagamento da dívida, principalmente da dívida com o governo federal, mas também com os órgãos federais - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e etc. Tudo isso foi adiado, e o pagamento, incorporado ao principal da dívida.

Portanto, foi um trabalho importante, muito bem feito, necessário, absolutamente necessário, porque isso foi durante o ano da pandemia e, portanto, houve aqui uma diminuição do pagamento de juros e amortização ao governo federal. Juros e encargos da dívida, 2,9 milhões, e amortizações da dívida, como mencionei, 3,8 milhões. Portanto, está aqui o trabalho de relevância feito com todos os Estados em conjunto com o Congresso Nacional. Participamos diretamente, e foi um trabalho muito importante.

E os investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, nós tivemos aqui um aumento de 1,6 bilhão de reais, de 9,4 para 11,8 bilhões. As despesas totais, portanto, somando todos os de 2021, caíram um pouquinho, principalmente pelos serviços da dívida, muito importante. E o Real, compensado um pouco pelo aumento, por ter aprovado o aumento das despesas, por exemplo, em inativos e pensionistas. Mas, ainda, um saldo de economia de cerca de 4,3 bilhões de reais.

Despesas correntes, por outro lado, de 208 caiu para 206 bilhões, uma queda de 1,4 por cento, e as despesas de capital caiu um pouquinho também. Portanto, nós tivemos aqui receitas totais de 229,4, com receitas tributárias de 186,2. Portanto, este é o resumo exatamente das despesas totais, e eu fiz uma comparação (Inaudível.).

Vamos em frente. Próximo. Os investimentos. Agora, basicamente, são todos os investimentos, exceto despesas de capital, que são as sentenças judiciais. Então, exceto as sentenças judiciais, nós temos aqui 7 milhões e 300 subindo para 8 milhões e 100 mil, uma diferença de quase 800 mil reais. E as inversões financeiras aumentaram um pouquinho de 2 e 100 para 3. Normal, pelo tamanho do balanço do setor público de São Paulo.

Consumo total do Orçamento Fiscal de Seguridade Social, neste caso, os investimentos foram de 11 bilhões e 100 - subindo um bilhão e 600 -, e as empresas estatais não-dependentes investiram 4,6 bilhões de reais. Portanto, um total de 15,846 versus 13 bilhões e 600. Em resumo: apesar do ano muito difícil, apesar do ano dramático para o País e para São Paulo, nós conseguimos ainda ter um certo aumento de 2 bilhões e 200 milhões de reais nos investimentos.

Próximo slide, por favor. Falando agora do regime próprio da Previdência. Nós temos aqui, portanto, a evolução das diversas fontes. Nós temos aqui a composição das receitas previdenciárias. Dos 42,36 bilhões de reais, evidentemente que a contribuição mais relevante aqui é o aporte do Tesouro de 27,3 bilhões de reais. Nós tivemos aqui uma contribuição patronal que cai um pouquinho - em virtude, principalmente, da (Inaudível.) da Economia -, mas também da própria Reforma. Aqui nós temos, também, a contribuição do servidor de 4,85 bilhões. Nós temos aqui, portanto, subindo (Inaudível.) de 2019.

Vou mostrar agora o de 2020. Um total de 42,36 bilhões, 27 bilhões de aporte do Tesouro, 6,78, que foi aqui da contribuição patronal, como mencionei, mas o servidor engatou, aumentou bastante para 6.4, aquele produto da reforma, um aumento que se dá em contribuição feita de acordo com a reforma.

Próximo slide, por favor. Nós temos aqui um resultado primário, agora, de 2020, que diz que receitas primárias totais, crescendo de 5.7 bilhões para 227, um crescimento nominal de 2.6, uma queda real de 0.6.

Receitas primárias correntes. Receitas primárias totais, portanto, 5.7. Receitas primárias correntes subiu, mas as receitas primárias de capital, de fato caiu um pouquinho, e então nós temos aqui que levar em conta que houve todos esses efeitos que já mencionei.

O superavit primário subiu daqui para 19.9 milhões, subiu um pouquinho, 18. Uma grande falha, uma boa parte disso foi usada para amortização, serviço da dívida ativa, juros e capital, juros. É antes do pagamento da dívida, enfim.

E tem uma parte aqui que realmente será usada este ano em investimento. Será muito importante essa informação, no sentido de que nós podemos aumentar de fato os investimentos.

A meta. (Inaudível.) foi de 19.9, a meta era de 4.7, aumento portanto bastante relevante. A meta tinha subido 640, mas o resultado real é em torno de 1,6 milhão. Vamos em frente.

Agora, aqui temos o quadro, eu vou mostrar todo o quadro da dívida. Dívida consolidada. Aqui. (Inaudível.) 27,5 bilhões, e ela tem dívida imobiliária zero, mas não há emissão de títulos, faz a dívida contratual 300 bilhões, e precatório, 26.

As deduções, aqui nós tínhamos 56 bilhões de reais, dos quais disponibilidade de caixa de 30 bilhões em commodities, havendo financeiro de 27.

Portanto, nós temos aqui a dívida consolidada líquida, de 277, portanto, aqui (Inaudível.) indo para o terceiro quadrimestre, portanto de 20, nós chegamos a um total de 328, (Inaudível.) 55.9, disponibilidade de caixa, 46, agentes financeiros, 27. Essa (Inaudível.) 17.9, e nós temos no final a dívida consolidada líquida de 172.4.

Essa, sim, é regulada pela Lei da Responsabilidade Fiscal. Está bem dentro da Lei da Responsabilidade Fiscal, na medida em que o limite é 227. Então, nós temos aqui a demonstração clara de que estamos bem dentro do que é demandado e previsto pela Lei da Responsabilidade Fiscal.

Isso é, de fato, muito importante, porque uma questão fundamental aqui da administração do setor público do País, hoje, é exatamente a estrita aderência à Lei da Responsabilidade Fiscal. (Inaudível.) 1965.

Portanto, o próximo slide, por favor. Nós temos aí a trajetória da dívida consolidada líquida. Ela esteve acima do limite legal aqui, no início de 2007, eu me lembro, 2001, 2, 3, 4. Caiu bastante aqui e numa certa expansão econômica, depois que tivemos aí 2004, 2005, 2006, e um período muito importante, que eu tive a oportunidade de acompanhar de muito perto, na época como presidente do Banco Central do Brasil, e trabalhamos intensamente nessa aprovação da política monetária, de maneira tendo em vista a expansão do País, num momento muito importante, onde contornamos a inflação etc., aumentamos as reservas, isso é mais confiança, e condições das empresas que investiam,

um aumento muito grande de investimentos estrangeiros. O País cresceu muito nesse período.

Isso é reflexo do País como um todo, mas a dívida aqui no estado de São Paulo, onde o reflexo é importante. À exceção de 2015, 2016, aumentou a dívida de São Paulo, nesse período, como a maior parte, praticamente todos os estados da União e das empresas, de pessoa física também, um momento muito difícil da economia brasileira, foi a maior recessão da história do País, até aquele momento.

E a partir daí tivemos um trabalho feito, de aprovação de teto de gastos etc. Eu participei também diretamente, fui ministro da Fazenda. Nós tivemos, então, um País com uma queda gradual, três por um, com a dívida líquida atingindo agora 1.65 da receita corrente, e isso vem, de novo, dentro dos limites legais da Lei da Responsabilidade Fiscal.

Agora passamos para o próximo slide, por favor. Despesa de pessoal, começando aqui com o Poder Executivo, despesa (Inaudível.) chegando aqui no terceiro quadrimestre de 2020 (Inaudível.) aqui que é o objeto desta apresentação. Nós tivemos a despesa (Inaudível.) atingindo aqui (Inaudível.) de reais e 49 (Inaudível.) da receita corrente líquida. Ativos aqui, 42, e servidores inativos, 38.9.

Então, nós temos aqui as deduções desse número, de 6.2 milhões. Temos indenização por demissão (Inaudível.) judicial e um terceiro quadrimestre (Inaudível.) e também nós tivemos aqui despesas de exercícios anteriores, no valor de 730 milhões, e o inativo de pensionistas de 5.5 milhões.

As despesas líquidas com pessoal, 74.9 milhões, dos quais o limite prudencial, aqui muito importante, novamente, nós tivemos despesas líquidas com pessoal, de 45.48, limite prudencial 46.55, e o limite máximo, 49.

Portanto, este é o quadro que eu gostaria de apresentar, referente às despesas de pessoal.

As despesas, agora, de pessoal em todos os poderes: nós temos aqui o quadro para 2020, onde temos aqui o limite máximo para todos os poderes de 60% e vemos que o total foi de 53% do pessoal e encargos, de novo, sobre receita corrente líquida.

Então, esse número tem o limite máximo, de todos os poderes, de 60% e estivemos aqui no nível de 53,86 por cento. Agora, nós temos o limite máximo, para o Executivo, de 49% e o prudencial de 46,55 por cento. Nós também estivemos em um nível abaixo desse, de 45,48 por cento.

Portanto, mostra muito bem a estrita obediência que temos aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, de limite máximo, de limite prudencial, (Inaudível.) Executivo,

limite máximo para todos os poderes. Isso mostra um enquadramento rigoroso na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, vamos, em seguida, para o próximo slide, por favor: operações de crédito. Tem aqui todas as operações desembolsadas de financiamento interno: Tamoios; complexos hospitalares; Corredor Itapevi-São Paulo - Trecho Jandira/Vila Iara, Osasco; construção da Linha 17-Ouro, Congonhas e a conexão com a rede metroviária.

E o financiamento externo, com a expansão da Linha 5 - Lilás, do Metrô; metroviárias, programas de investimentos rodoviários etc.; fortalecimento da gestão da Saúde; expansão da Linha 5; programa de transportes etc. Em resumo, este é o quadro para os financiamentos externos.

O total, portanto, um total de um bilhão e 300, onde, portanto, tivemos aqui 325 de interno e 1.036 de externo, em operações desembolsadas. Além disso, tivemos uma (Inaudível.) importante, total de operações de crédito de dois milhões e 255. De novo, totalmente dentro do (Inaudível.)

Basicamente, esse é o quadro da apresentação que eu gostaria de fazer aos senhores e senhoras, excelências, parlamentares, e tenho agora a grande satisfação de responder às perguntas, ouvir as observações e sugestões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, secretário, por todas as informações. Coloco então os deputados que querem se inscrever, para poderem então, neste momento, fazer isso através do chat. Neste momento, estão inscritos o deputado Paulo Fiorilo e o deputado Ricardo Mellão.

Então, passo a palavra ao deputado Paulo Fiorilo e peço até, devido à agenda do secretário - a gente sabe que o secretário tem uma agenda muito extensa em nosso estado - para que os deputados possam então, primeiro, fazer as perguntas, e o secretário irá respondê-los, tenho certeza disso, e qualquer dúvida volto a palavra ao deputado, por alguma questão que possa ter surgido, alguma dúvida.

Então, passo a palavra ao deputado Paulo Fiorilo. Tem o tempo regimental de dez minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

Secretário, queria agradecer a presença do senhor e gostaria, antes de iniciar as minhas perguntas, se o senhor pudesse, ou a sua assessoria, encaminhar para a comissão

quais foram as alienações de bens, de operações de créditos específicas em que ocorreram a frustração de receita.

Me preocupa, secretário, porque tenho observado que, desde 2019, a projeção apresentada no Orçamento está muito acima daquilo que se executa. Este ano, aquela é quase 50%, se comparada com o ano anterior. Então, se o senhor pudesse, não precisa ser agora... (Inaudível.) para que a gente tivesse condições de avaliar melhor a proposta orçamentária que será enviada à Casa no final do ano.

Bom, vamos às minhas perguntas, secretário: no primeiro quadrimestre de 2020, o governo previa um deficit de 19,4 bilhões, mesmo já tendo sido aprovada a lei federal a que o senhor fez referência - nº 173, de 2020 -, que garantia a suspensão da dívida e a compensação de receitas. O governo mantinha um número, estipulando a narrativa de que ocorreria um rombo nas contas; aliás, fruto de vários debates que fizemos aqui com o senhor, em que nós afirmávamos que a projeção poderia estar sendo excessiva.

Por que esse valor não se confirmou? O senhor considera razoável um superavit orçamentário, primário, um caixa dessa magnitude, em um cenário em que demandamos intenso gasto em políticas sociais de Saúde? A prioridade do governo foi agir para combater a pandemia ou apenas preocupou-se com o resultado superavitário, como fazer caixa? Se observar aqui, o senhor mesmo reconhece que o resultado, a meta foi batida em quatro vezes mais do que aquilo estabelecido: de 4,7 para 19,9.

Segundo: os recursos da dívida pública que o estado de São Paulo deixou de pagar à União, cerca de 13 bilhões, e aqueles oriundos da compensação pela perda de receita, deveriam ser aplicados preferencialmente no combate à pandemia, conforme determina a Lei Complementar nº 173. O governo cumpriu essa determinação? Quanto de recurso do Tesouro do estado, em especial de recursos de impostos, foi aplicado no combate à pandemia de Covid-19? E quanto foi aplicado e acabou no caixa do estado?

Três: em 2020, o estado só executou 62 milhões dos 193 milhões orçados para a função “Trabalho”, deixando de aplicar 131 milhões. O programa “Frente de Trabalho” teve uma diminuição de quase 44% frente ao orçado, tendo sido aplicados 22,4 milhões dos quase 40 milhões previstos. Somente com recurso que não foi gasto com a função “Trabalho”, seria possível ampliar as frentes de trabalho em seis vezes.

O secretário poderia explicar por que esses recursos não foram usados, considerando a necessidade primordial de manutenção de renda e geração de emprego neste momento tão difícil da pandemia? Até porque, secretário, se a gente observar não só o superavit, mas aquilo que o estado conseguiu ter em caixa no final do ano,

possivelmente nós poderíamos melhorar esses programas, mesmo os anunciados pelo governo agora.

Quatro: o demonstrativo de projeção atuarial da Previdência dos servidores apresenta um déficit de 23 bilhões em 2020, e, com valores crescentes, em 2021, o déficit será de 24,1. As receitas só cresceriam de 2019 a 2021, sendo que, a partir de 2022, começam a decrescer. Até o ano de 2019, o governo apresentava esse demonstrativo sempre equilibrando receitas e despesas. A partir de 2020, apresenta esse novo demonstrativo com déficit.

O senhor poderia explicar o porquê? A reforma da Previdência parece não ter apresentado nenhum êxito, mesmo tendo acionado mecanismos para confiscar aposentadorias daqueles que ganham abaixo do teto do INSS. Por que isso acontece? O que o estado pretende fazer para lidar com isso?

Nós recebemos na Assembleia, secretário, uma série de reclamações (Inaudível.) que pagar valores muito acima daquilo que eles já contribuíam. E olhando a tabela que o senhor apresentou, os servidores tiveram um aumento na contribuição de 32 ponto 57 por cento, e o aporte do estado cresceu 23 ponto sete. Na contribuição patronal, a gente teve uma redução. Secretário, essa reforma da Previdência, como nós dissemos, não deveria ter sido revista? Até porque possivelmente daqui a pouco a gente vai ter que discutir uma outra reforma. Parece-me que essa saída não foi a melhor, até porque tira dos aposentados e não resolve o problema do déficit.

Cinco, Sr. Secretário. Em 2020, era previsto para a receita de concessões a quantia de 338 milhões, e só foram arrecadados 183 milhões: uma redução de 155 milhões, ou, aproximadamente, menos 46 por cento. Qual é o motivo da queda dessa receita, já que mesmo em 2020 o montante previsto era significativamente menor do que nos anos anteriores? Quais concessões não foram exitosas, tiveram seus recursos nos prazos? Se o senhor pudesse nominar.

Seis, em 2020, a previsão das despesas com parcerias público-privadas, PPP, exceto das estatais não dependentes, era de dois ponto 25 bilhões, e só foi executada a quantia de um ponto cinco bilhão. Mesmo com o discurso de que é possível investir mais com essas parcerias, deixaram de ser aplicados (Inaudível.) na Linha Seis - Laranja; 94 ponto oito milhões na PPP da Furp; seis milhões para complexos hospitalares; 261 milhões na Rodovia dos Tamoios; 50 milhões no Sim da Baixada Santista.

Qual é a avaliação da Secretaria sobre essa baixa execução e qual é a perspectiva para 2021? Sete, a partir da Emenda nº 108, de 2020, que tornou o Fundeb permanente, a

Constituição Federal vedou o pagamento de despesa com aposentadorias e inativos dos recursos aplicados no ensino. Em 2020, dos 43 ponto seis bilhões aplicados, 32 ponto três da receita, nove vírgula cinco, seis, bilhões foram gastos com a insuficiência da Previdência, faria a aplicação cair para apenas 25 ponto um da receita, portanto, inferior aos 30% que determina a Constituição estadual. Até quando o governo descumprirá a Constituição estadual? Como o estado lidará com a determinação da Emenda nº 108/2020, e se isso não compromete uma política de reajuste salarial aos professores que já poderiam contar com recursos do Fundeb para isso. Secretário, são essas as minhas questões.

Eu aguardo aqui as respostas do senhor.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Tem a palavra o secretário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, deputado Paulo Fiorilo, pelas perguntas e dar oportunidade a mim e à equipe de esclarecer aqui (Inaudível.), vamos enviar as informações solicitadas ainda hoje eu estarei (Inaudível.) solicitado. Em primeiro lugar, eu gostaria de dar uma explicação mais geral, dizendo que grande parte das respostas aqui são respostas referentes à queda, seja da atividade econômica em consequência também de uma série de outros efeitos, mas também queda do próprio (Inaudível.), por exemplo, em obras e concessões.

Nós tivemos aqui uma paralisação de obras em alguns momentos, que duraram aí alguns meses. Isso foi uma questão de preservação de vidas, uma questão em que em certo momento a prioridade número um era salvar a vida das pessoas. Então houve uma diminuição do aval (Inaudível.). Não se pode considerar o ano de 2020 esquecendo a pandemia, “pronto, não aconteceu”. A pandemia foi um fator de fundamental importância na evolução de todos esses itens, principalmente o item de atividades, seja da economia, em alguns momentos, seja também no ritmo de obras.

Agora vou voltar à questão, aí às questões orçamentárias. Quer dizer, o que houve como resultado orçamentário superior ao previsto, e o resultado da receita também. De novo, a explicação aqui é todo um processo onde houve uma pandemia muito forte, e aí eram boas previsões que foram revistas naquele período, levando em conta isso. E, por razões diversas, felizmente, a economia reagiu muito rápido. E outras, infelizmente. Por quê? Pelas consequências. Eu, quando falo (Inaudível.), o que aconteceu é que houve uma retomada forte da atividade no segundo semestre. Como eu mencionei, o estado de São

Paulo então possivelmente até apresentando, ou seja, existe uma previsão que pode chegar até a um resultado levemente positivo para o ano de 2020, com o Brasil caindo quatro e meio por cento.

Mas o fato é que o País como um todo caiu, e o fato de São Paulo ter tido esse crescimento forte no final do ano, um crescimento desde dezembro, em janeiro esse crescimento da receita, isso foi absolutamente imprevisto. E não havia como (Inaudível.) fazer um espelho desses recursos de forma eficiente, responsável, etc. Então isso tudo levou a uma, vamos dizer assim, partição do uso de uma parte desse recurso.

E isso nos dá a oportunidade agora, para o ano de 2021, de fazer todos os investimentos necessários agora na Saúde, Educação e Segurança, além do fato de que nós teremos, portanto, um ano que se espera seja melhor, apesar de que, como mencionei, infelizmente esse aumento da atividade, esse aumento da circulação de pessoas, no final do ano, conjuntamente com o fato de que houve um aumento grande de circulação de pessoas, (Inaudível.) nas eleições, e depois, pensa, final do ano, etc, etc, tudo isso, isso levou a um aumento no número de contaminações, que está agora aparecendo, para efeito de hospitalização agora, etc.

Isso pode levar a uma redução da atividade econômica no País, no primeiro trimestre de 21. Isso é muito importante. Nós tínhamos uma previsão de crescimento, e ele pode ser parcialmente, o estado, como esse aumento muito grande de contaminações, etc. (Inaudível.) Digamos, teve um aumento muito grande da atividade econômica no final do ano, aumento muito grande de circulação de pessoas, etc, etc, etc, encerrou, de novo, um aumento do número de contaminados que gera, em consequência, uma queda prevista agora para o ano de 2021. Vamos aguardar como é que isso se desenvolve. Eu gostaria de passar a palavra agora ao Sr. Roberto Yamazaki, que poderia nos responder a pergunta específica referente às despesas de Saúde no estado de São Paulo.

Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO YAMAZAKI - Bom dia a todos os deputados. Eu confesso que não consegui compreender bem a colocação que o senhor fez, a pergunta. Por favor, o senhor poderia repetir o ponto, por gentileza, que meu áudio ficou fraco.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu não sei se o Sr. Roberto apareceu, mas não apareceu o som.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu peço para que o Roberto coloque, por favor, a sua imagem aí. Obrigado, Sr. Roberto.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presidente, eu posso repetir a pergunta?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por gentileza, deputado Paulo Fiorilo. Pode repetir a pergunta, por favor.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Alô?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O deputado Paulo, acho que travou a tela dele.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Roberto, eu não estou te ouvindo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Alô? Estão me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Roberto, acho que a conexão do deputado Paulo Fiorilo se desconectou, mas o Roberto eu estou ouvindo muito bem.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Oi. Alô?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É, desconectou o deputado Paulo Fiorilo. Deixa eu ver. Ah, ele voltou.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Agora sim, deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Agora sim. A conexão da internet está oscilando muito. Eu vou deixar o meu celular conectado. Se cair, eu volto pelo celular. O senhor quer que eu repita a pergunta, Sr. Roberto?

O SR. ROBERTO YAMAZAKI - Por favor, deputado, porque o meu áudio também não está muito... Está meio instável, então...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu acho que o secretário pediu para o senhor responder exatamente sobre a questão da Saúde. Eu disse que a Lei nº 173, de 2020, possibilitou recursos, como suspensão da dívida e repasses maiores. (Inaudível.) do secretário mostrou isso.

A pergunta. Os recursos que a União repassou, preferencialmente, deveriam ser usados no combate à pandemia, conforme determina a lei. O governo cumpriu essa determinação? Quanto de recurso do Tesouro do estado, em especial em recursos de impostos, foi aplicado no combate à pandemia da Covid-19, e quanto não foi aplicado e acabou no caixa do estado?

Se o senhor tem os dados daquilo que foi utilizado no combate à pandemia, diante da medida adotada pela Lei nº 173.

O SR. ROBERTO YAMAZAKI - Deputado Paulo, eu tenho, assim, um dado. Eu não vou conseguir precisar em termos numéricos, mas o custeio da Saúde teve um acréscimo, por conta dessas destinações, de cerca de 18 por cento. O investimento subiu cerca de 26 por cento. Ou seja, isso é uma evidência clara de que aqueles recursos que foram destinados para a Saúde foram utilizados certamente no combate à pandemia.

Quer dizer, a própria Lei nº 173 destinou aquele valor de um bilhão, que foi cerca de 980 milhões, que foram, parcialmente... Ou grande parte disso foi destinado para a Saúde, uma parte para assistência social, e a suspensão da dívida, no início do processo, também teve uma destinação.

Em termos de valor, eu confesso para o senhor que eu precisaria levantar, me comprometo a passar, mas, do ponto de vista prático, o que aconteceu, de fato, foi um acréscimo substancial desses dois elementos: custeio e investimento, 18 e 26 por cento.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Roberto, só para ajudar, e aí eu concluo, a Secretaria de Saúde aplicou 2,5 bilhões a mais do que o orçado. Dois vírgula cinco bilhões, sendo que 1,37 são de recursos federais, e o restante do Tesouro do estado.

Desse modo, de recursos próprios, o governo paulista alocou apenas 1,17, o que equivale a menos de 10% dos recursos economizados com a suspensão da dívida. Eu

gostaria muito que o senhor pudesse me explicar o restante dos recursos. Por que eles não foram aplicados?

O SR. ROBERTO YAMAZAKI - Eu não tenho, de pronto, essa informação, deputado. Eu precisaria ver inclusive com a parte do Planejamento, com a parte do Orçamento, para concluir com eles qual foi a destinação, do ponto de vista prático. Eu não consigo...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu pediria ao senhor Roberto para que, então, pudesse, depois... Informe a comissão, através de e-mail, esses dados, que aí nós encaminharemos ao deputado Paulo Fiorilo, (Inaudível.).

O SR. ROBERTO YAMAZAKI - Claro.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pode ser, deputado Paulo Fiorilo? Eu acho que fica mais fácil.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu aguardo, inclusive, para poder questionar a Secretaria de Saúde e de Planejamento sobre o uso dos recursos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, deputado Paulo, obrigado Sr. Presidente. Eu quero só adicionar um ponto importante aqui, que o Roberto Yamazaki (Inaudível.). Nós temos agora (Inaudível.), muito positiva, que foi a criação da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão.

Então, uma boa parte dessas questões, toda a parte de alocação orçamentária etc., hoje, está com a Secretaria de Orçamento e Gestão. Então, por isso que o Sr. Roberto mencionou que alguns dados específicos ele tem que pegar com essa secretaria. Evidentemente que vamos fornecer todas as informações, independentemente de serem agora não mais gerenciadas especificamente pela Secretaria de Planejamento.

Então, é nossa responsabilidade, frente, evidentemente, a toda Assembleia Legislativa, e a pergunta do deputado vai ser atendida prontamente. Nós vamos pegar

todos os dados com a Secretaria do Orçamento e fazer essa resposta claramente, em relação, portanto, aos gastos de Saúde.

Nós tivemos aqui, de novo, as perguntas que eu já mencionei, de receita de concessões, que (Inaudível.) e houve também uma baixa também das PPPs etc. Tudo isso é exatamente o resultado da queda da atividade e, principalmente, da pandemia.

Quer dizer, a paralisação de muitas atividades durante alguns meses é em função, pela necessidade de preservar, enfim. Então houve, de fato, um (Inaudível.), que será compensado agora, no ano de 2021, não tenho dúvida.

Evidentemente, sempre falo isso com um pouquinho de cautela, pelo aumento das contaminações etc., e o que pode gerar também de restrições à circulação das pessoas etc., ainda no futuro. Mas, por enquanto, esperamos que não aconteça isso, que isso seja controlado. Agora começa um processo forte de vacinação etc. Esperamos isso, então, seja devidamente debelado, e o desempenho durante o ano de 2021 seja substancialmente melhorado.

Eu tenho aqui, depois, também (Inaudível.) encaminhar possivelmente a resposta, que é a questão do caso da reforma tributária. Eu peço de novo aí a colaboração do Roberto.

No caso das receitas patronais, que houve uma queda na tributária, qual era, exatamente, a razão que nós temos para acontecer essa queda, na medida em que houve um aumento aqui, de fato, das contribuições, de um lado, do servidor etc., mas houve aí uma diminuição, em função de aspectos específicos?

Roberto, você pode falar ou passar a palavra para alguém mais que está presente.

O SR. ROBERTO YAMAZAKI - Na questão das patronais, basicamente, os maiores reflexos foram da queda da receita financeira, em função da taxa de juros que está sendo praticada. Isso teve um reflexo bastante grande.

E a segundo maior diferença é que, no ano de 2019, foi feita, pelo estado, uma antecipação dos recebíveis do Banco do Brasil, e o TJ fez uma operação de cerca de 2,4 bilhões com Banco do Brasil.

Então, a diferença, na prática foi dois mil e dezenove. Em 2018, nós não tivemos esses eventos, e isso praticamente resultou em uma diferença em relação a 2019, de cerca de 2,3 bilhões.

Então, basicamente, foram esses dois eventos. Uma queda da receita financeira de cerca de 600 milhões, 700 milhões, e uma não realização de uma receita, junto ao Banco

do Brasil, no valor de cerca de dois bilhões, o que aconteceu em 2019. Basicamente, são esses eventos que fizeram a diferença. Ok?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Ok. Eu quero, então, nesse momento passar a palavra ao deputado Ricardo Mellão, próximo inscrito, que tem o tempo regimental de 10 minutos. Se puder, deputado, da mesma forma, fazer as perguntas, e depois, obviamente, o secretário vai responder.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, no início o senhor disse que se houvesse questões, ou novas questões dentro do meu tempo eu ainda teria condições de perguntar ao secretário. Eu pedi para me reinscrever, inscrevi no chat, queria saber qual o encaminhamento que o senhor vai dar ao meu pedido, porque eu considero que tem pelo menos duas questões que eu gostaria que o secretário pudesse responder.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O deputado Ricardo Mellão tem três minutos ao secretário (Inaudível.)

Deputado Ricardo Mellão, posso, então, inscrevê-lo para terminar as perguntas...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pode o Mellão fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu permito, Fiorilo, deputado Paulo Fiorilo, que até a resposta do deputado Ricardo Mellão, mas eu preferiria que V. Exa. já terminasse e a gente ia partir para o próximo deputado. Acho que fica mais fácil (Inaudível.) concordar.

Pode ser, deputado?

Então, com a palavra o deputado Paulo Fiorilo, que tem três minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Secretário, rápido, não vou gastar os três minutos.

Eu falei aqui dos programas de frente de trabalho. O governo Doria apresentou, agora, semana passada disse que enviaria um projeto para a Assembleia.

Eu queria perguntar ao senhor: em que pese a proposta do governador, em minha opinião é uma gota d'água no deserto, eu queria saber do senhor se o senhor acha que é possível o Estado ter um programa de auxílio emergencial. A Prefeitura de São Paulo aprovou, outros estados aprovaram. O estado de São Paulo, com superavit, com dinheiro em caixa não apresentou um projeto ousado de proteção aos que mais precisam nesse momento.

Pergunto, secretário: é possível que a gente tenha um auxílio emergencial no estado de São Paulo para aquelas pessoas que mais vão sofrer com a redução do auxílio emergencial federal e com o aumento do desemprego e a miserabilidade?

Essa é a questão que eu gostaria de colocar ao senhor, e reforçar aqui os meus dois pedidos, esse no investimento da Saúde, porque eu não sou negacionista, entendo a importância de combater a pandemia com vacina, com distanciamento, com isolamento e com lockdown, quando for preciso. E queria dizer mais: nas questões de alienação, talvez quando o senhor enviar as informações fosse importante a gente poder comparar como é que é possível as questões ligadas aí ao mercado imobiliário serem tão boas para alguns e ruim para o governo. O governo não conseguiu vender imóveis e tem gente comprando imóveis adoidado em Brasília, no Rio de Janeiro.

Então, eu gostaria muito que depois o Sr. Roberto pudesse detalhar o que aconteceu no estado de São Paulo que não alcançou alienação de bens, a venda de imóveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Bom, dois pontos importantes, em relação à questão do auxílio emergencial. Houve, de fato, um superavit, mas o superavit foi em função de uma recuperação grande da atividade no final do ano, e portanto não era previsto, isso é a primeira questão.

Segundo: nós temos agora, no ano de 2021, um desafio. Nós temos aqui um aumento de contaminações, etc., a situação não é totalmente previsível. Então, é muito importante o uso concedioso e cuidadoso, principalmente com esses recursos que foram superavit do ano de 2020, porque nós podemos ter um problema aqui em 2021, principalmente porque não teremos novamente a transferência governamental federal. Então, três. E pode haver uma frustração de atividade em função do aumento da pandemia novamente em 21.

Portanto, não é o momento, no início do ano, numa situação imprevisível como essa, de nós tomarmos a decisão de desprender esses recursos como se eles fossem, de fato, um recurso calamitário de 21. O ano de 21 é ainda um ano altamente imprevisível. Esse é o primeiro ponto, então, nós temos que ter condições, o Estado, de preservar suas obrigações fundamentais na Saúde, na Educação, na Segurança Pública para as pessoas, nesse período, e em todas as demais áreas de atividade no Estado: transporte metropolitano, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, etc., etc., etc. Em resumo, o Estado tem que manter a sua responsabilidade fundamental.

E isso aí, portanto, envolve agora um uso cuidadoso dos recursos, porque não podemos entrar agora numa euforia, dizer: “Olha, o saldo do ano passado, esse saldo passou (Inaudível.) este ano, vai ser consumido, a atividade está tudo muito bem, etc. e vamos usar esse recurso para uma coisa muito importante, que é o auxílio emergencial, mas que pode faltar depois para recursos talvez ainda mais dramáticos na Saúde, Segurança, etc.”.

Em relação a esse ponto, eu gostaria de adicionar que a responsabilidade do auxílio emergencial é do governo federal, inclusive fez um aporte aí substancial de auxílio emergencial e está discutindo no Congresso Nacional agora a extensão disso para o ano 2021. Por quê? Porque a Constituição Federal estabelece que o governo federal tem a prerrogativa única de emissão de dívida. Então, o governo federal pôde, no ano de 2020, de ter um deficit primário aí de 800, 743 bilhões de reais (Inaudível.). E ele pode fazer isso? Porque ele tem condições, o governo federal, de emitir dívida. Ele, portanto, tem essa possibilidade, e é flagrante a responsabilidade.

Por outro lado, o governador do Estado não pode emitir dívida. Então, nós não podemos nem ampliar algo importante, vamos fazer e depois só para recursos em áreas fundamentais. Portanto, o que nós temos é trabalhar todos juntos aí para apoiar o Congresso Nacional, aqueles que estão lá trabalhando pela concessão do auxílio emergencial, agora durante o ano de 2021, porque é a fonte viável de recursos, é exatamente o governo federal que tem a possibilidade, portanto, de emissão de dívida. Podemos até propor discutir isso, a possível mudança na Constituição, (Inaudível.) difícil, outros países têm a possibilidade de estado de emitir dívida, em alguns até mantido, mas no Brasil, não. Ela foi totalmente proibida, as dívidas têm que ter hora, destinação específica com instituições financeiras, porque o Estado não pode emitir título. Então, esse é um ponto fundamental aqui. E vamos trabalhar com o Congresso e vamos esperar que seja aprovado.

Em relação à questão aqui dos imóveis, eu gostaria de então dar aí as informações a V. Exa. no sentido de que os imóveis que estão sendo comercializados em grande quantidade etc. são imóveis normalmente em áreas afluentes da cidade, em áreas de expansão, em áreas que estão se desenvolvendo nos últimos anos ou décadas. Então, esses são os imóveis que estão sendo buscados, entre os quais (Inaudível.) resultado da pandemia está se buscando muito, inclusive em áreas de menor densidade.

Então, tem até medo, um argumento de que não vai abrir, mas existe uma certa disponibilidade de imóveis, empresas que estão buscando áreas fora de São Paulo, pessoas buscando condomínio. Pois é, condomínios, (Inaudível.) fora de São Paulo, fora da metrópole, fora aqui do centro metropolitano. Então, esse é um fato concreto, mas não só. Os imóveis, em geral, de áreas afluentes que estão crescendo (Inaudível.) na área do centro metropolitano. Agora, no centro da cidade, onde se concentra a maioria de imóveis do Estado, entretanto não há essa demanda. Não é possível se, em alguns lugares nas cidades simplesmente tem uma sala lá do Estado e está lá há muitos anos, por alguma razão, e simplesmente vão vender essa sala, (Inaudível.) precisa ter gente comprando. O deputado mencionou com razão, não tem muito a ver, mas não com as áreas centrais da cidade, infelizmente.

É um problema o qual, aliás, eu conheço muito bem. No Centro de São Paulo, nós vamos pelo vale que a Secretaria da Fazenda está, no Centro, ali na Rangel Pestana, junto à Praça da Sé. Mas também, o fato de que eu fui ali, muitos anos, presidente da Associação Viva o Centro de São Paulo. Trabalhei muito nos projetos de recuperação do centro metropolitano de São Paulo, principalmente no Centro Histórico. Mas é um processo, digamos, demorado.

O fato é que a tendência de compra, hoje, ainda são para as regiões em expansão, aquelas regiões que não estão no Centro Histórico, ou no Centro Expandido, que chega até a Avenida Paulista e mais alguma coisa. (Inaudível.)

Basicamente é isso, deputado. Vamos enviar, mais uma vez, todas as respostas demandadas. E o senhor se sinta perfeitamente à vontade para solicitar esclarecimentos. Podem me ligar. Estamos à disposição, a equipe toda está aí. Seja o Roberto, que está aí nessa área. Seja a Secretaria de Orçamento, que eu posso acionar para as respostas necessárias deles, seja na nossa área de arrecadação tributária.

Sinta-se à vontade de perguntar tudo o mais que for conveniente ou necessário à sua avaliação. Estaremos prontos para responder, seja por escrito, a todas as perguntas que o senhor mandar, seja eventualmente se quiser me ligar também. Sinta-se à vontade.

Obrigado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Secretário, muito obrigado. Eu farei isso para a gente aprofundar a questão do Fundeb, a questão do deficit, e uma outra questão que eu coloquei e a gente não teve a oportunidade de dialogar. Então eu vou procurá-lo com certeza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Muito obrigado, Paulo Fiorilo. Passo a palavra para o deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELÃO - NOVO - Muito obrigado, presidente. Muito obrigado, secretário, pelo comparecimento hoje a esta comissão. Na verdade eu tinha umas cinco perguntas, mas o Paulo Fiorilo já contemplou várias delas nas perguntas dele. Então restaram poucas, e serei bem breve e objetivo.

A primeira questão é sobre o superavit que o senhor mesmo comentou aqui na sua apresentação. Suiu amplamente noticiado pela imprensa que São Paulo acabou com dinheiro em caixa. Eu queria entender. A gente sabe que sempre, por ter um superavit, também existe uma lista de restos a pagar que fica para o ano seguinte. Eu queria saber: quanto está previsto ou foi previsto agora, para 2021, de restos a pagar? E se o senhor teria para enviar, ou alguém da sua comissão, qual é a lista dos restos a pagar.

Uma outra pergunta é sobre os desafios agora para 2021. Eu gostaria de saber se existe alguma reforma nova sendo elaborada pelo governo ou pela secretaria, que envolva, por exemplo, o ITCMD, que ficou de fora do PL 529, que acabou sendo excluído. Ou mudança de regras dos servidores públicos, uma reforma administrativa que, de fato, contemplasse mudança de regras no serviço público. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Passo a palavra para o nosso secretário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Obrigado, deputado. Nós temos a questão do superavit que é, exatamente, a grande questão que já temos discutido. De novo: foi um aumento muito forte da atividade e da arrecadação no final do ano. A arrecadação

de dezembro foi bastante acima daquilo que tinha sido projetado. Não só dezembro, mas os outros meses anteriores, numa escala menor. Mas o fato é que dezembro foi o pico.

Nós tivemos, portanto, digamos, um reequilíbrio na arrecadação para o ano. Nós esperávamos uma queda, chegando, num certo momento, a até prever uma queda de 11% na arrecadação total de cerca de 18 bilhões de reais, apenas no ICMS, no pior momento da crise. Isso acabou gerando, na realidade, pelo aumento da arrecadação, um reequilíbrio no final, no sentido de que não houve uma queda, em relação a 2019, em termos nominais.

Se levarmos em conta o IPCA, houve sim uma queda real, não subiu. Mas houve um pequeno aumento nominal. O que foi extremamente positivo, muito melhor do que se esperava.

Isso gerou, obviamente, um bom problema, que é: no final do ano, não havia como despender esses recursos de forma séria, responsável e eficiente em benefício da população do estado e das obrigações do governo. Portanto, isso gerou um aumento de restos a pagar. Nós tivemos, portanto, uma mobilização importante, que temos que estar planejando isso, de dispêndios eficientes agora em 2021.

Por que é um desafio? (Inaudível.) Tem receita, tem despesa. De novo: a previsão era muito positiva, do crescimento da Economia brasileira, de 3,5 por cento. E São Paulo crescendo mais do que isso: 5% ou um pouco mais. Agora, como o aumento da contaminação ainda é imprevisível aonde nós vamos parar, na medida em que isso agora só será combatido, de fato, pela vacinação.

A vacinação, evidentemente, tem um ritmo normal de conseguir vacinar as pessoas. É um processo que não pode ser atropelado. Está se fazendo a vacinação em diversas situações, cada vez mais, fazendo “drive thru”, usando estádios, usando todas as áreas disponíveis da cidade, no sentido de vacinar o maior número possível de pessoas, num esforço extraordinário do Instituto Butantan.

Mas, de novo, isso aí nós temos, de um lado, crescendo a curva de vacinados, e do outro lado, crescendo a curva de contaminados na medida em que, num certo momento, a população do País julgou que esse problema da Covid... Uma boa parte, não todos, evidentemente. Mas uma certa parcela, principalmente mais jovens, que pensaram que isso estava resolvido, voltaram às suas atividades normais. Isso gerou um aumento de contaminações.

Então, nós temos que ver, em primeiro lugar, como é que se desenvolve isso. É preciso ter muito cuidado com as projeções, para o ano de 2021, sobre o que fazer exatamente com isso. Portanto, essas perguntas específicas, do que vai se fazer

exatamente com os restos a pagar, o que serão pagos, o que vai ser gerado de restos a pagar, o que vai ser investido, um pouco de cuidado com isso.

Porque nós estamos ainda no início do ano, no primeiro trimestre ainda. Tem ainda um desafio muito grande pela frente, que é essa evolução da pandemia e, portanto, com os efeitos específicos nessa questão.

Antes de eu passar a palavra, de novo, para a equipe. Para a questão específica da previsão de restos a pagar, eu vou solicitar para o Roberto encaminhar essa resposta, juntamente com a equipe.

Nós temos as questões das reformas. A pergunta: se nós faremos uma nova reforma administrativa e, principalmente, já houve uma pergunta até, previdenciária. Isso é uma coisa que é objeto de discussão. Nós temos que olhar isso com muito cuidado. É uma coisa importante, saber que o deputado tem uma visão favorável a isso, ou contempla essa possibilidade, melhor dizendo. Agora, a reação à reforma administrativa atual é bastante complicada neste momento. Por exemplo, a reforma administrativa de cortes de despesas etc., de benefícios de funcionários etc., fechamento de fundações, fechamento de empresas, isso tudo aí está sendo feito o máximo possível. Não há muito espaço para cortar mais, e não há mais muita empresa para ser fechada, está certo?

Então nós temos aí uma situação nesse aspecto para ser feita com um pouco de cuidado, porque não há mais muita coisa para fazer que demande uma reforma administrativa. Tem um grande projeto à frente, temos um projeto que está caminhando, que é exatamente a relação do controle da Emae, mas tudo depende da reforma administrativa. O projeto à frente vai demandar ainda muita discussão, muitas questões referentes à capitalização da Sabesp.

De novo, não é o momento de fazer isso, em meio a uma pandemia discutir esse assunto, mas existe agora a contratação de uma consultoria, possivelmente uma consultoria internacional. Estamos escolhendo, mas uma concorrente forte é a IFC, que é a International Finance Corporation, da agência do Banco Mundial. De qualquer maneira, é um consultor que vai fazer aí todo um estudo sobre as melhores alternativas para a Sabesp, e isso não envolve diretamente a reforma administrativa.

Agora, a reforma administrativa, onde ela de fato (Inaudível.), mas também uma discussão muito séria, que é a questão do corte de benefícios tributários. Foi feito um corte rigoroso, um corte linear de benefícios tributários, e isso tudo gera uma situação em que há uma reação muito grande de determinados setores.

Hoje, por exemplo, para se ter uma ideia, o coordenador da Administração Tributária, o Gustavo Ley, não pôde estar presente porque está o dia inteiro atendendo setores da economia que tiveram corte de benefícios, o que é um problema, é sério isso. Isso de fato tem sido discutido com toda seriedade etc. etc. (Inaudível.) preparado completamente para responder qualquer pergunta da área, mas, de qualquer maneira, isso mostra que estamos aí, neste momento...

Não me parece, mas eu vou levar essa sugestão. Isso pode ser objeto, neste momento, de implementação dessa reforma administrativa, com tanta reação da economia - e nós temos que olhar isso com seriedade, não é simplesmente “Não atendo ninguém”, não, é complicado, pelos efeitos econômicos etc.

Então, temos que olhar isso com seriedade, como estamos fazendo, e acho que é um momento complicado para se fazer uma nova reforma administrativa em cima disso. Mas, de qualquer maneira, é uma opinião importante, porque nós estamos trabalhando duro para equacionar todas essas questões, todos os problemas etc. Poderemos e vamos analisar também se há outro espaço fora da questão do corte de benefícios, se há espaço para se fazer aí uma reforma administrativa adicional.

De qualquer maneira, aceitamos sugestões. Sintam-se à vontade, por favor, para nos mandar sugestões específicas que poderiam ser objeto de uma nova reforma administrativa, não há dúvida disso. Em relação à questão do resto a pagar, eu não sei se o Roberto Yamazaki já tem a resposta pronta ou se ele prefere mandar isso depois para o deputado. Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO YAMAZAKI - Pois não. Deputado Ricardo, está na mesma apresentação. Já está explicitado lá o resto a pagar não processado, da ordem de 18 bilhões, já está sendo considerado. Quando se calcula a dívida consolidada líquida, ela é considerada no cálculo. Não está evidentemente o resto a pagar não processado, porque não entra nessa...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sr. Roberto, o senhor coloque a sua imagem, por favor.

O SR. ROBERTO YAMAZAKI - Ah, pois não, desculpe. Então, repetindo, no demonstrativo aqui da dívida consolidada líquida, já lá apresenta o resto a pagar não processado, que está na ordem de 18 bilhões. Não considera esse quadro, evidentemente,

o que são restos não processados, que estão na ordem de 5,2 bilhões. E, sim, a gente pode mandar a discriminação, o detalhamento caso o senhor precise. Se o senhor puder mandar por e-mail alguma coisa, a gente responde prontamente, está bom?

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Maravilha. Agradeço ao Roberto. Secretário, quanto às sugestões de uma eventual reforma administrativa, não havendo aumento de alíquotas de impostos importantes que influem sobre o consumo e que vão prejudicar as pessoas, principalmente aqueles que mais precisam, obviamente a gente tem todo o prazer em sugerir, principalmente no que se referir a corte de despesas que nós entendemos que não são necessárias, ainda mais em um momento como este, de pandemia. Então, eu fico feliz e agradeço muito o convite.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado. Então, mais uma vez, como não há mais inscritos, quero então, portanto, agradecer ao secretário, Dr. Henrique Meirelles, e a toda sua equipe pelas informações que foram divulgadas aqui para os deputados. Pode sempre contar com a Assembleia Legislativa, para que a gente possa encontrar formas, unindo o Executivo e o Legislativo, para a gente poder resolver todas as questões, principalmente no momento de pandemia que estamos vivendo. Então agradeço mais uma vez a sua presença e a presença de todos os deputados e de sua equipe.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado. Agradeço a todos e também me sinto muito honrado. Fico à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado. Srs. Deputados, eu gostaria, antes de nós encerrarmos, de falar com todos. Aproveitando que nós estamos em uma sessão aberta, eu queria convocar a todos, um minuto após esta comissão, para tratarmos sobre o Requerimento 1, de 2021, de minha autoria, deputado Wellington Moura, para a convocação do Sr. Paulo Cesar Tagliavini, superintendente da DER, com o objetivo de prestar a esta comissão informações sobre as obras da DER, em especial dos projetos das vicinais e também da duplicação da Estrada

M'Boi Mirim, determinada pelo Tribunal de Contas a suspensão para as obras de duplicação e melhoria no trecho.

Quero deixar todos os deputados cientes do seguinte: a comissão solicitou o encaminhamento para o convite do secretário. Foi um pedido do deputado Paulo Fiorilo, vou deixar registrado isso. Porém, não houve nem resposta da parte desse Sr. Paulo Cesar. Então, diante disso - e todos os deputados estavam aqui cientes de que, se ele não aceitasse o convite, e muito menos... Acho que é um desrespeito a esta Casa e aos parlamentares nem responder ao convite. Vamos então fazer uma convocação.

Então, deixo registrado aqui por que nós vamos então convocar, um minuto após. Nós vamos então encerrar esta comissão. Agradeço mais uma vez a presença do secretário Henrique Meirelles, que sempre foi solícito a esta comissão em dar todos os esclarecimentos necessários. Obrigado, secretário, mais uma vez, e a toda sua equipe.

Não havendo mais nada a tratar, nós então encerramos esta comissão e voltamos daqui a um minuto.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, é um prazer enorme, como eu disse, estar aqui. Realmente é um momento dos mais importantes, eu acredito, da atividade de alguém que ocupa um cargo público, principalmente na área financeira, mas não só, exatamente prestar todos os esclarecimentos para o Legislativo. É sempre para mim um momento importante e relevante que eu levo com a maior atenção e seriedade. É uma grande satisfação. Muito obrigado e até a próxima vez.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado a todos os deputados presentes. Podem continuar na mesma sala. A gente volta daqui a um minuto. Obrigado a todos.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Constatado quórum, solicito a chamada nominal de cada deputado nesta comissão para

responder a presença. Então tem que chamar nominalmente, cada um. Deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Dirceu Dalben.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Estevam Galvão. (Ausente.) Deputada Dra. Damaris Moura.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. Estou vendo a imagem dele. Deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Está ouvindo? Presente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Obrigado, deputado.

Eu quero passar, então, o requerimento. Passo até via chat para que o deputado, como eu sou autor do requerimento, peço então ao vice-presidente, que é o deputado Dirceu Dalben, que possa fazer a leitura. Enviei via chat, deputado Dirceu Dalben, o requerimento para que V. Exa. possa ler.

- Assume a Presidência o Sr. Dirceu Dalben.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - PL - Está certo. Assumindo a leitura do requerimento, a pedido do presidente Wellington Moura, quero saudar a todos os colegas, deputados e deputadas presentes.

Requerimento da SSOP nº 01/2021, do deputado Wellington Moura, para convocação do Sr. Paulo Cesar Cavalini, superintendente do DER, com o objetivo de prestar a esta comissão informações sobre as obras do DER, em especial do projeto de vicinais e também da duplicação da Estrada do M'Boi Mirim, que teve, determinada pelo Tribunal de Contas do Estado, a suspensão da concorrência para obras de duplicação e melhoria do trecho. O requerimento trata desse assunto.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - PL - Coloco em discussão o requerimento. Com a palavra, Delegado Olim. Deputado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Eu queria pedir vista desse requerimento.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - PL - Com a palavra, pela ordem, o presidente Wellington Moura. Em seguida, Paulo Fiorilo.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sr. Presidente, nós estamos tratando aqui de dois assuntos que são de suma importância, primeiro, para a população: esclarecimento, transparência.

Primeiro deles, sobre a questão, foi pedido do deputado Paulo Fiorilo, que nós, e todos os deputados que estão aqui presentes nesta comissão agora estavam também presentes no momento em que o deputado Paulo Fiorilo fez uma convocação do superintendente, Sr. Paulo Cesar, e entramos em um acordo.

Um deputado havia pedido vista e que se ele não retirasse a questão da convocação e fizesse só um convite. Então, dessa forma, foi feito um convite ao secretário.

Porém, eu, como presidente, qual a minha função? Protocolei junto à secretaria, ao DER, para que ele pudesse comparecer. Simplesmente, até o prezado momento, já faz duas semanas, nem retorno nós tivemos. Então eu acho que o que existe aqui no meio de nós, deputados que fazemos parte desta comissão, é o respeito.

Eu quero depois até entender a questão do Delegado Olim de pedir vista, porque o senhor também estava presente, Delegado Olim, e o senhor sabe que a gente faz esse acordo entre os deputados. Se não houver a presença do secretário, seja do secretário ou do convidado, nós estamos dispostos a convocá-lo, sim. Eu acho que é uma falta de respeito, primeiro, com os deputados, de nem dar retorno para esta comissão.

Eu quero também saber de todas as informações do que hoje foi publicado no Diário Oficial sobre as vicinais. Eu vejo aqui várias vicinais, recursos que estão sendo liberados. Isso é de suma importância para o nosso estado. São vicinais que estão aí destruídas, esburacadas, muitas delas não têm nem como trafegar. Eu acho que são necessárias informações sobre as vicinais, por que são essas vicinais, por que não existem outras vicinais inclusas e eu acho que não sou só eu que quero saber. Eu não acredito que seja só este deputado que quer saber a respeito das vicinais.

Então, diante disso, eu peço ao deputado, eu quero pedir encarecidamente ao deputado Delegado Olim que possa retirar o pedido de vista (Falas sobrepostas.), primeiro, em acordo com todos os deputados desta comissão, possa se (Inaudível.) para que o Sr. Paulo Cesar, já que ele não quer nem responder e-mail ou convite, então que ele seja convocado, que ele venha prestar informações. Eu acho que é nosso dever ter os esclarecimentos.

E não adianta vir deputado, chegar e falar “eu vou falar com ele para que ele possa estar aqui presente”. Não, ele tem que vir oficialmente, ele tem que vir aqui prestar. Agora, este presidente quer que ele venha prestar informações por falta de respeito por esta comissão e por todos os deputados que estão aqui presentes.

Quando qualquer deputado aqui me pede um requerimento eu vou, pauto. Claro, o deputado pode pedir vista, tem todos os direitos regimentais, mas eu acho que não pode um secretário faltar com respeito à comissão ou a algum parlamentar.

Obrigado, Sr. Presidente. E peço ao deputado Olim, mais uma vez, que ele possa retirar o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - PL - Pela ordem, o deputado Paulo Fiorilo, após o Wellington Moura. Logo em seguida, o Delegado Olim.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, antes do deputado Delegado Olim, por quem eu tenho um respeito incomensurável, fazer aqui um apelo a ele. Deputado Olim, há um ano eu tento falar com o superintendente do DER. Há um ano. Um ano. Ele vai se esquivando, marcou. Eu procuro falar pela internet, fazer virtual, não queria nem ir lá, para fazer duas ou três perguntas, não ia nem fazer uma arguição daquelas que o senhor gosta que eu faça.

E propus, então, um convite. Primeiro a convocação do superintendente, mas a comissão entendeu, e o senhor estava presente, que podíamos fazer um convite. Eu aceitei, um acordo feito pelo presidente, que se ele não viesse, aí, sim, o convocaríamos, como é de praxe em todas as comissões.

Parece-me que há um desrespeito. Quando há desrespeito, nós não podemos tolerar, porque um desrespeito vai virar um desrespeito a todos nós, deputados desta comissão.

Então eu queria pedir, deputado Olim, que pudéssemos aprovar o pedido do deputado Wellington, o requerimento do deputado Wellington, para que a gente pudesse, de fato, ouvir o superintendente e tirar as dúvidas.

Tem as vicinais, tem as obras que estão paradas, que precisam ser retomadas, tem a questão da estrada do M'Boi Mirim aqui em São Paulo, que deu uma importância fulcral para a região sul de São Paulo, que o senhor conhece muito bem, fundão do M'Boi Mirim.

Então eu queria fazer esse pedido antes que o senhor falasse. É um direito do senhor, eu respeito, mas também queria deixar esse esclarecimento como um argumento a mais para a sua decisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - PL - Com a palavra, deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, eu entendo todos os deputados, entendo também o argumento do Wellington Moura, nosso presidente desta comissão, que sempre me respeitou, sempre com muito carinho. E o Paulo Fiorilo, que é meu amigo, estava até brincando com ele agora há pouco quando estava falando do nosso secretário, das perguntas que ele fez - aliás, parabéns -, mas eu mantenho o meu pedido de vista e, com certeza, vou conversar com os dois pessoalmente e não haverá problema nenhum. Na próxima a gente pauta, está bom? Mantém o requerimento. Obrigado. As vistas.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - PL - Continua em discussão o requerimento.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não tem discussão, ele pediu vista.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - PL - Não tem mais nenhum argumento?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Ele não vai retirar a vista.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - PL - O requerimento sai da Ordem do Dia pelo pedido de vista. Eu volto a Presidência ao deputado Wellington Moura.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Dirceu Dalben.

Infelizmente, o deputado Delegado Olim, claro, tem todos os direitos. Somos muito respeitadores, respeitamos muito um ao outro, somos amigos e vamos continuar, sem dúvida, em lugar democrático.

Mas quero, desde já, convocar para daqui dois dias, novamente, a comissão, no caso, quinta-feira, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, com a mesma pauta, às dez horas da manhã.

Ante o exposto, então, não havendo mais nada a tratar... Ou algum deputado quer falar? Quer falar alguma coisa? Não. Então não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos e convocada a comissão para quinta-feira, dia quatro, com a mesma pauta.

Obrigado a todos.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *